



Solução do BES está mal feita

Em entrevista ao "O País Económico", Pedro Rebelo de Sousa, *senior partner* da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados e especialista em assuntos financeiros, diz que a operação que resultou no "Banco Bom (accionista do Moza Banco) e Banco Mau", no quadro da crise do Banco Espírito Santo, está mal feita e é irrealista. De Sousa questiona ainda a união monetária na Europa, na medida em que a intervenção no falido BES prevê que os outros bancos portugueses paguem a factura das irregularidades detectadas. O jurista denuncia que há muitos bancos em Portugal e o futuro do sector financeiro passa pela concentração de alguns bancos. Com ou sem concentração, Pedro Rebelo de Sousa entende que não há exposição da banca moçambicana em relação à portuguesa, apesar da forte presença de instituições financeiras lusas em Moçambique.

O que terá mudado no sistema financeiro global, seis anos depois da crise financeira que abalou a economia mundial?

Mudou muita coisa. Voltou a separar-se nitidamente - algo que tinha sido motivo de grade discussão na crise dos anos 30 - a banca comercial e a de investimentos. Mudou o funcionamento dos mercados e da banca nos mercados, para além dos mecanismos de financiamento da própria banca. Mudou inclusive a forma como o risco é analisado. Hoje, a maior parte do mundo financeiro já não está nas mãos dos bancos. Está nas mãos dos gestores de activos, dos fundos de pensões, mobiliários e imobiliários. Portanto, o dinheiro mudou de mãos. Mais: mudou também a nacionalidade dos principais bancos - há 20 anos, os grandes *players* da banca eram americanos, ingleses, alemães, franceses, suíços e japoneses. Hoje, se fores para o ranking dos 10 principais bancos, vais encontrar três chineses, um sino-inglês e outras nacionalidades que não faziam parte do ranking. Isto é uma prova de que o sector financeiro mudou bastante.

Podemos dizer que houve uma revolução financeira global...

É verdade. Mas trata-se de uma revolução que exige cada vez mais regulação, controlo e bom governo das sociedades. É preciso que haja muita transparência, sobretudo nestas empresas (bancos) que são um verdadeiro *interface* com vários interessados: falo de depositantes, clientes, fornecedores, ou seja, aqueles que são hoje conhecidos como *stakeholders*. Todos devem ser vigilantes quanto à transparência e boa governação das instituições.

Tudo leva a crer que no falido Banco Espírito Santo (Banco Novo) terá faltado esta

Acho que Portugal, ao contrário de Espanha e de outros países, não procedeu com o fenómeno do sector bancário

boa governação e transparência. Acredita que o sistema financeiro português aprendeu a lição para que não se repitam casos semelhantes ao do BES?

Acho que sim. O Caso BES é suficientemente complexo e estamos a falar de um banco com uma presença significativa no mercado financeiro português e com um impacto no tecido empresarial. Olhando para a realidade que depois veio a lume, acho que todos nós ficámos muito atentos. Penso que é uma ocasião para rever a limpeza que já estava em curso, por via da renegociação com a Troika. Acredito que a limpeza será mais profunda e com dois movimentos: o primeiro é de seguimento e racionalização, e o segundo é o de consolidação.

De que consolidação está a falar?

Acho que Portugal, ao contrário da Espanha e de outros países, não procedeu com o fenómeno do sector bancário. Para a dimensão do mercado português, acho que tem bancos a mais e isto não se justifica.

Então, seria a junção de alguns destes bancos uma saída rumo a esta consolidação?

Deve haver claramente um movimento de concentração de alguns bancos, evitando que haja uma pulverização. Ela própria é indesejável, porque acaba não dando a mínima dimensão crítica que uma instituição financeira tem que ter. Há uma coisa interessante que esta crise nos veio relembrar e que é esquecido. É que, nessa altura, era possível ser banqueiro sem investir sequer um centavo. Porque era fácil alavancar com os depósitos dos clientes.

Houve até a estória lendária de banqueiros que compraram bancos com dinheiro do próprio banco. Acho que a crise veio lembrar-nos que banco, como qualquer negócio, tem de ter capitais próprios. Não basta trabalhar com capitais alheios.

Falamos do BES, que é um caso recente de irregularidades detectadas no sistema financeiro português. Estas irregularidades registam-se em vários sistemas financeiros que contam com a supervisão bancária dos bancos centrais. Não acha que a supervisão bancária deveria ser responsabilizada por não ter visto o que deveria ver?

Acho que o Estado deve ser um bom regulador e produzir uma regulação que vai ao encontro do mercado. Falo de uma regulação que não seja feita nos gabinetes, por grandes juristas ou académicos, mas que se olhe para o que está a acontecer no mercado. Muitas vezes não é falta de regulação, mas sim a má feitura da mesma. Quem é que

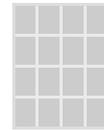


pode dizer nos EUA, Inglaterra e Irlanda não havia regulação? Será que estava bem-feita?

Está a dizer que a regulação muitas vezes é mal feita?

Dou-te já um exemplo. Esta solução que foi encontrada para o BES e que está a ser agora testada em Portugal - como uma novidade que o Banco Central Europeu e a União Europeia criaram no sentido de resgatar certos bancos em situação de falência - está mal feita. Achas que de um dia para o outro tu separas o que é bom do que é mau? É de um irrealismo ou de quem tem uma visão de que as coisas são feitas por decreto. Isto não pode ser. Depois dizem que o sistema financeiro nacional responde por tal fundo, que vai cobrir se o valor da venda for inferior... Isto é surreal. Então, afinal, não é apenas uma União Europeia, mas sim uma confederação de Estados. O que estão a dizer é que devo obedecer a todas as regras de jogo, mas se houver um drama com o meu vizinho que se portou mal, eu pago. Quer





Não podemos ter pessoas que fazem o "tick the box". Falo de gente que espera pelo balanço e depois faz a confirmação se existem as secções todas, se tem conclusões, o que dizem os auditores, e se são auditores reconhecidos

Pedro Rebelo de Sousa, "senior partner" da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados

dizer que os bancos portugueses pagam por aquele banco português com irregularidades. Mas o que é isso? Porquê? Afinal, não pertencem a um sistema financeiro europeu? Acho que é uma solução que claramente está a dar problemas e quem vai pagar é o Estado português e em última instância o contribuinte. Para dizer que a regulação deve estar virada para o dia-a-dia, para o mercado e a realidade.

Como ter este tipo de regulação?

Ter gente preparada no regulador. Não podemos ter pessoas que fazem o *tick the box*. Falo de gente que espera pelo balanço e depois faz a confirmação se existem as secções todas, se tem conclusões, o que dizem os auditores, e se são auditores reconhecidos. Isto não pode ser: Temos que ter gente competente no regulador, mas, atenção, tem que ter estado do outro lado. Se tivermos supervisores (do Banco Central) tecnicamente bem preparados, facilmente podemos responsabilizar os auditores e os órgãos sociais

da instituição financeira em que se tenham registado irregularidades. Se o regulador fiscalizou bem quem fez as contas e quem reviu (os auditores), só resta responsabilizar o mesmo regulador, caso sejam detectadas falhas que deviam ter sido vistas antes.

O caso da crise do BES levou algum tempo até ficasse claro que não afectaria as operações do Moza Banco, por ser uma instituição financeira moçambicana fortemente participada pelo banco português. O sistema financeiro moçambicano é controlado em cerca de 40% por bancos portugueses. Não estaria a banca de Moçambique exposta a algum tipo de contágio do sistema financeiro português.

Não. O sistema financeiro moçambicano não está exposto em relação ao português. Tenho que reconhecer que, no sistema financeiro moçambicano, as vicissitudes a nível accionista não têm impacto a nível das operações. Pode haver algumas rearrumações das instituições, falo de compra e venda, mas a banca

moçambicana encontra-se fortalecida e nem tão pouco exposta. Acho que Portugal e Moçambique só têm a ganhar nas relações que desenvolvem e são também países muito parecidos: mais de 90% das duas economias são compostas por Pequenas e Médias Empresas. Há também um histórico de investimento português em Moçambique extremamente significativo. Agora, trata-se de um investimento que não vale pelo seu volume, mas sim pelo facto de gerar emprego e criar capacidades interna de *know how*.

Portugal tem uma experiência de Parcerias Público Privadas (PPP) e Moçambique aprovou muito recentemente a Lei das PPP, no sentido de promover a construção de infra-estruturas diversas. Como é que Moçambique pode avançar neste campo das PPP sem, no entanto, repassar os encargos ao cidadão?

O grande problema das PPP é a equação de financiamento. Por exemplo, podemos estar a falar da necessidade de construção de

um hospital. Olha, nem sempre quem está interessado em construir um hospital quer inclusive operar o mesmo. Isto acontece também com a auto-estrada e outras infra-estruturas. Agora, as parcerias induzem a uma situação de quem faz deve explorar, em seguida, com o Estado. É preciso perceber se isto é real. Qual é o preço? Qual é a equação de custos? Em Portugal, algumas parcerias estão a funcionar muito bem – como é caso de hospitalais –, e outras menos bem – como é caso de estradas. Portanto, no enquadramento jurídico regulamentar, temos que ter uma estrutura socialmente flexível, no sentido de acomodar interesses diversos, nem sempre convergentes. Olha, neste aspecto, devo dizer que a Sociedade Rebelo de Sousa e Advogados e o seu parceiro moçambicano estão a preparar uma jornada de debates para Moçambique, onde se faça a análise de casos concretos para que possamos apurar o que foi bom e o que foi mau.

■ Orlando Macuácuá